

Lojas Colombo S.A.
Comércio de
Utilidades
Domésticas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balanço patrimonial	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13

LOJAS COLOMBO S/A – COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E CONTROLADA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração de Lojas Colombo S/A – Comércio de Utilidades Domésticas e Controlada submete à apreciação as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Iniciamos 2021 confiantes e preparados para os desafios e incertezas do ano, superando a fase mais crítica da pandemia. Concluímos o ano com o maior faturamento da história da Companhia. Tivemos um crescimento de 8,22% de receita bruta com vendas sobre 2020. Apresentamos um EBTIDA de R\$ 74.204 milhões e um lucro do exercício de R\$ 67.532 milhões.

Em 2021, adquirimos a Rede Feirão de Móveis, com suas 60 lojas e um centro de distribuição (CD) de 24 mil m², em Palhoça. A aquisição consolidou a estratégia de expansão física nos três estados do Sul, fortalecendo ainda mais nosso portfólio com produtos de decoração e móveis rústicos, além de ratificar a posição de maior rede de eletrodomésticos do sul do país. Neste contexto, a companhia se manteve focada na sustentação de caixa, redução dos custos, melhoria contínua nos processos e gestão nas negociações com fornecedores, o que nos proporcionou seguir com o objetivo de crescimento. Encerramos o ano com mais de 300 lojas físicas e um e-commerce robusto. Esta importante abrangência de mercado nos fortaleceu no contexto logístico, agregando entrega com agilidade a nossos clientes.

Importantes investimentos foram realizados para a reestruturação da Companhia e o atendimento dos cenários que se apresentaram. Com extremo controle e revisão de despesas, que tiveram um acréscimo de 11,22%, registramos índice aproximado aos efeitos inflacionários do período, cujo IPCA sinalizou em 10,06%. Os resultados demonstram a efetividade das ações realizadas, importantes para o fortalecimento do negócio, considerando cenário imediato e futuro.

Comparativamente ao exercício anterior, destacamos os seguintes indicadores da Companhia:

R\$ mil	Controladora		
	2021	2020	Varição
Destaques			
Vendas mesmas lojas – Mercantil (Gerencial)	1.604.345	1.598.090	0,39%
Receita Bruta (ano)	1.834.520	1.695.242	8,22%
Lucro Líquido (ano)	65.701	231.688	-71,64%
Estoques (em dezembro)	294.866	281.568	4,72%
Empréstimos e financiamentos (em dezembro)	118.937	129.072	-7,85%
Resultado financeiro	(8.561)	144.007	-105,94%
Ebtida	72.456	220.156	-67,09%
Despesas com gerais e administrativas (ano)	(206.813)	(185.955)	11,22%

O resultado das ações de Gestão também pode ser observado pelo reconhecimento através do Prêmio Marcas de quem decide – Jornal do Comércio - loja de eletrodomésticos e móveis mais lembrada e preferida pelos gaúchos .

Outro tema relevante é o alinhamento com os procedimentos de ESG (*Environment, Social, Governance*), atendendo critérios de medição. Neste sentido, destacamos o desempenho na emissão de Co2, com a substituição de veículos da frota por novos, que emitem menos poluentes. Atualmente, 20% da energia consumida deriva de fontes renováveis alternativas (com aquisição no mercado livre) representando redução no consumo em 30%. Além disso, atuamos na destinação correta de resíduos de produtos como geladeiras, através de logística reversa (projeto em parceria). Com relação à Governança, cabe destacar que estamos sendo auditados pela KPMG, uma das maiores empresas de auditoria do mundo, e possuímos, dentro da constituição do Conselho de Administração, dois Conselheiros externos. No âmbito social, executamos diversas ações para preservar a saúde dos colaboradores e para inclusão social e diversidade, além de apoio social a entidades assistenciais.

Em 15 de outubro de 2021 perdemos nosso fundador e presidente do Conselho Administrativo, Adelino Raymundo Colombo. Ele trabalhou até seus últimos dias, comparecendo a compromissos, como presidente do Conselho Administrativo da empresa. Adelino Colombo sempre atribuiu ao relacionamento próximo com colaboradores o principal marco de sua trajetória de sucesso e empreendedorismo. Quando questionado sobre seu legado, certa vez, declarou: “Cresceu na vida através do próprio esforço, cumpriu todos os seus compromissos e respeitou as pessoas”.

Eduardo Colombo assumiu a presidência e colocou em prática uma gestão descentralizada e fundamentada na governança corporativa, na mente aberta e na quebra de paradigmas: “A pandemia aumentou o desafio da reinvenção. E o comprometimento do nosso pessoal fez com que, mais do que sobreviver, ainda nos fortalecêssemos na crise”, enfatizou ele.

Em 30 de novembro, data em que comemoramos 62 anos de fundação, nasceu a nova marca, que ganhou um elemento representativo. Com a introdução de uma estrela que se projeta para o horizonte, a logotipia homenageia o fundador e ratifica a solidez do legado deixado por um dos ícones do varejo brasileiro.

Para o ano de 2022, independente das adversidades externas que possam se apresentar, confiamos em nosso potencial para seguir avançando. Nosso objetivo é a estratégia de varejo de vizinhança, com resgate de nossos valores junto ao mercado do interior, continuidade do plano de revitalização das lojas físicas e ampliação da estrutura logística.

Por fim, gratidão ao comprometimento e dedicação de nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e às instituições financeiras parceiras que contribuíram com nossa trajetória de crescimento e melhoria contínua. Seguimos em frente com o compromisso de manter o legado do nosso fundador “com muito comprometimento e respeito”.

Farroupilha, 18 abril de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da
Lojas Colombo S.A. – Comércio de Utilidades Domésticas
Farroupilha - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Colombo S.A. – Comércio de Utilidades Domésticas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lojas Colombo S.A. – Comércio de Utilidades Domésticas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.767	126.105	47.523	213.974
Contas a receber de clientes	6	273.222	289.871	717.298	654.765
Estoques	7	294.866	281.568	294.864	281.568
Impostos a recuperar	8	54.329	64.596	54.918	88.990
Dividendos a receber	10	5.412	11.487	-	-
Outras contas a receber		30.432	12.409	41.643	26.462
Total Ativo Circulante		665.028	786.036	1.156.246	1.265.759
Não circulante					
Depósitos judiciais	16	19.467	14.652	19.617	14.652
Créditos com partes relacionadas	10	8.333	6.691	390	6.691
Contas a receber de clientes	6	-	-	244.423	165.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.252	-	34.720	-
Impostos a Recuperar	8	177.319	217.026	177.319	217.026
		206.371	238.369	476.469	403.702
Investimentos					
Investimentos em controladas	10	186.849	166.703	-	-
Outros		1.603	1.603	1.603	1.603
Intangível	11	11.005	10.706	109.874	88.453
Direito de uso de arrendamentos	13	89.315	60.481	89.315	60.481
Imobilizado	12	70.674	57.531	87.068	58.184
Total Ativo Não Circulante		565.817	535.393	764.329	612.423
Total do ativo		1.230.845	1.321.429	1.920.575	1.878.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações		210.003	333.836	217.109	348.835
Empréstimos e financiamentos	15	87.518	48.384	553.919	101.053
Arrendamentos a pagar	13	33.224	26.035	33.224	26.035
Salários e encargos sociais		30.487	23.975	31.606	25.152
Imposto de renda e contribuição social corrente		53	-	53	5.604
Impostos, taxas e contribuições	17	29.011	25.603	29.676	25.618
Tributos parcelados	18	13.953	5.747	21.142	5.748
Débitos com partes relacionadas	14	10.783	2.185	10.783	2.185
Dividendos propostos	19	15.436	54.467	15.436	54.467
Outros passivos		51.986	31.863	85.959	56.216
Total do passivo circulante		482.454	552.095	998.907	650.913
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	28.917	80.688	165.624	505.335
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	65.728	16.761	85.634
Arrendamentos a pagar	13	63.869	44.924	63.869	44.924
Tributos parcelados	18	21.466	25.519	28.713	25.519
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	13.503	10.570	26.065	23.952
Total passivo não circulante		127.755	227.429	301.032	685.364
Total do passivo		610.209	779.524	1.299.939	1.336.277
Patrimônio líquido					
Capital social	19	190.000	190.000	190.000	190.000
Reservas de lucros	19	430.636	351.905	430.636	351.905
Total do patrimônio líquido		620.636	541.905	620.636	541.905
Total do passivo e patrimônio líquido		1.230.845	1.321.429	1.920.575	1.878.182

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Operações					
Receita operacional líquida	21	1.528.964	1.313.587	1.726.641	1.489.212
Custo das mercadorias vendidas, da intermediação financeira e dos serviços prestados	22	<u>(1.098.032)</u>	<u>(970.387)</u>	<u>(1.098.032)</u>	<u>(984.209)</u>
Lucro bruto		<u>430.932</u>	<u>343.200</u>	<u>628.609</u>	<u>505.003</u>
Despesas com vendas	23	(240.083)	(171.919)	(274.028)	(171.919)
Despesas gerais e administrativas	23	(203.696)	(185.955)	(268.424)	(274.240)
Perdas em créditos, líquidas	6b	(1.917)	(6.385)	(65.385)	(36.484)
Outros ganhos, líquidos	25	17.086	152.333	20.278	152.333
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>16.879</u>	<u>48.366</u>	<u>-</u>	<u>22.259</u>
		<u>(411.731)</u>	<u>(163.560)</u>	<u>(587.559)</u>	<u>(308.051)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>19.201</u>	<u>179.640</u>	<u>41.050</u>	<u>196.952</u>
Despesas financeiras		(20.335)	(11.273)	(22.264)	(11.274)
Receitas financeiras		<u>11.774</u>	<u>155.280</u>	<u>11.797</u>	<u>155.715</u>
Resultado financeiro, líquido	24	<u>(8.561)</u>	<u>144.007</u>	<u>(10.467)</u>	<u>144.441</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.640	323.647	30.583	341.393
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(11.919)	(6.585)	(42.660)	(26.863)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	<u>66.980</u>	<u>(85.374)</u>	<u>77.778</u>	<u>(82.842)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>65.701</u>	<u>231.688</u>	<u>65.701</u>	<u>231.688</u>
Lucro por ação (básico e diluído) durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	20			16,63	57,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>65.701</u>	<u>231.688</u>	<u>65.701</u>	<u>231.688</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>65.701</u>	<u>231.688</u>	<u>65.701</u>	<u>231.688</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Incentivos fiscais	Legal	Para futuro aumento	Reserva para compra de próprias ações	Retenção de Lucros		
Em 01 de janeiro de 2020		190.000	4.480	16.544	114.000	19.000	30.660	-	374.683
Lucro líquido do exercício								231.688	231.688
Destinações:									-
Dividendos complementares		-	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Reserva legal	21	-	-	11.584	-	-	-	(11.584)	-
Subvenção para investimento	16 b	-	2.235	-	-	-	-	(2.235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(54.467)	(54.467)
Transferência para reservas de lucros		-	-	-	-	-	163.402	(163.402)	-
Em 31 de dezembro de 2020		<u>190.000</u>	<u>6.715</u>	<u>28.128</u>	<u>104.000</u>	<u>19.000</u>	<u>194.062</u>	<u>-</u>	<u>541.905</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	65.701	65.701
Destinações:									-
Reversão de Dividendos		-	-	-	28.466	-	-	-	28.466
Reserva legal	21	-	-	3.285	-	-	-	(3.285)	-
Subvenção para investimento	16 b	-	669	-	-	-	-	(669)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(15.436)	(15.436)
Transferência para reservas de lucros		-	-	-	-	-	46.311	(46.311)	-
Em 31 de dezembro de 2021		<u>190.000</u>	<u>7.384</u>	<u>31.413</u>	<u>132.466</u>	<u>19.000</u>	<u>240.373</u>	<u>-</u>	<u>620.636</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.640	323.647	30.583	341.393
Ajustes:					
Depreciação e amortização	11 e 12	18.573	13.674	27.216	13.809
Depreciação direito de uso	13	30.260	26.971	30.260	26.967
Crédito Processo Tributário		-	(265.305)	-	(265.305)
Ganho na alienação/ baixa de imobilizado e intangível		84	101	2.448	101
Resultado de subsidiárias e controladas em conjunto reconhecidas por equivalência patrimonial	10	(16.879)	(48.366)	-	(25.521)
Resultado financeiro	24	16.188	6.097	64.253	6.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(3.276)	2.388	28.901	2.498
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	16	2.933	(191)	1.866	(1.946)
Ajuste a valor presente de clientes, estoques e fornecedores		(109)	(42)	(109)	(42)
Provisão (reversão) perda de estoques		499	3.470	499	3.470
Outros		235	(12)	(100)	1.959
		<u>59.149</u>	<u>62.432</u>	<u>185.817</u>	<u>103.480</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		18.330	13.476	(168.858)	(121.375)
Estoques		(13.233)	(91.384)	7.762	(91.385)
Impostos a recuperar		49.973	30.668	75.167	36.312
Depósitos judiciais		(4.815)	(806)	(4.965)	(806)
Créditos com partes relacionadas		(1.642)	(2.026)	6.301	(2.026)
Outros ativos		(18.023)	7.113	(15.181)	73
Fornecedores		(122.693)	111.139	(143.614)	126.138
Impostos, taxas e contribuições		3.408	1.916	(12.342)	(5.588)
Débitos com partes relacionadas		9.777	-	89	-
Outros passivos		28.254	21.910	33.696	(16.456)
Fluxo de caixa aplicados nas (gerado pelas) atividades operacionais		8.485	143.709	(36.128)	17.638
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.866)	(7.026)	(74.027)	(22.687)
Juros pagos		(21.151)	(10.729)	(48.165)	(10.729)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		(24.532)	125.954	(158.320)	(15.778)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de controlada, líquido do caixa advindo no consolidado		(6.634)	-	(6.146)	(20.804)
Aquisições de imobilizado		(29.033)	(16.290)	(29.066)	(16.503)
Aquisições de ativos intangíveis		(4.401)	(2.838)	(4.434)	(2.838)
Aumento de capital em controlada	10	(21.737)	(60.000)	-	-
Valor recebido pela venda de imobilizado		1.100	-	1.100	-
Dividendos recebidos		33.621	-	-	7.425
Caixa líquido atividades de investimentos		<u>(27.084)</u>	<u>(79.128)</u>	<u>(38.546)</u>	<u>(32.720)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Novos empréstimos	15	33.000	146.209	141.822	322.566
Novos mútuos com partes relacionadas		-	250	-	250
Pagamento de empréstimos		(47.987)	(40.924)	(69.039)	(40.924)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		(1.856)	(6.416)	(1.856)	(6.416)
Pagamento de arrendamentos		(24.878)	(27.989)	(24.878)	(27.989)
Dividendos pagos e lucros distribuídos		(26.001)	(10.000)	(15.635)	(18.362)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(67.722)</u>	<u>61.130</u>	<u>30.414</u>	<u>229.125</u>
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(119.338)	118.685	(166.452)	191.356
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	126.105	7.420	213.974	22.618
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>6.767</u>	<u>126.105</u>	<u>47.523</u>	<u>213.974</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e suas empresas controladas e controladas em conjunto ("Companhia" ou "Lojas Colombo") é uma sociedade anônima fechada sediada na Rua José Achilles Colombo São Roque, 50, Farroupilha (RS), com atuação nos Estados da Região Sul, cujo acionista principal e controladora é a AR Colombo S.A. Administração e Participações, com participação de 97,5586%.

A Companhia tem por objeto o comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, produtos pet, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessorias ao negócio principal.

A Companhia realiza vendas utilizando-se a modalidade de financiamento Crédito Direto ao Consumidor (CDC), o qual é substancialmente operado pela Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como operações com cartão de crédito.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- A.R. Colombo Administração e Participações S.A. ("A.R. Colombo").
- Colmagi Atacadista S.A. ("Colmagi").
- Correfar Corretora de Seguros S.A. ("Correfar").
- Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare").
- Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Farroupilha").
- Josema Administração e Participação S.A. ("Josema").
- Colombo Motos S.A. ("Colombo Motos").
- Feirão de Móveis Ltda. ("Feirão de Móveis")

a. Combinação de negócios – Aquisição de controlada

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Em 1º de outubro de 2021, Lojas Colombo S.A adquiriu 100% das quotas da Feirão de Móveis Ltda. (Feirão de Móveis), obtendo, na mesma data, o controle da empresa. Ela tem como atividade o comércio varejista de móveis, eletrodomésticos, equipamentos de áudio e vídeo, serviços de transporte rodoviário de mercadorias, dentre outras atividades. A Feirão de Móveis foi adquirida mediante estratégia da Companhia de expandir nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

A aquisição da Feirão de Móveis permite à Companhia a oportunidade de expansão imediata com mais de 60 pontos de venda nos estados de SC e PR, além da utilização do Centro de Distribuição localizado em Palhoça SC, o que possibilita uma redução de custos com logística e melhora da experiência do nosso cliente.

Espera-se que a aquisição possibilite à Companhia o aumento no mix de produtos, maior participação no mercado, novos negócios e que se torne mais robusta perante os concorrentes. Estes foram os objetivos da Companhia com esta aquisição.

O laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, foi elaborado em conformidade com as normas contábeis CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 1º de outubro de 2021.

O preço da transação da Financeira adquirida foi de R\$ 9.077, sendo que foram liquidados R\$ 6.822 no ato e R\$ 2.255 a ser transferido em até 60 meses.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

*Lojas Colombo S.A. –
Comércio de Utilidades Domésticas
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

Ativo	Valor contábil
Circulante	
Caixa e equivalentes	488
Contas a receber	2.121
Estoques	16.637
Impostos a recuperar	<u>1.387</u>
Não circulante	
Imobilizado	13.082
Direito de uso de arrendamentos	47.589
Total do ativo	<u>81.304</u>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	11.888
Impostos a recolher	16.400
Adiantamentos	7.157
Salários e encargos	1.147
Empréstimos e financiamentos	<u>16.658</u>
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	313
Parcelamentos tributários	9.690
Arrendamentos a pagar - LP	47.589
Provisões para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas	<u>247</u>
Total do passivo	<u>111.089</u>
Total passivo a descoberto	(29.785)
Preço pago	9.077
Valor contábil	(29.785)
Excedente sobre o preço pago	(38.862)
Mensuração de Valor justo dos ativos e passivos	
Mais valia imobilizado (b)	2.539
Estoque (a)	4.355
Marca (c)	4.068
Acordo de não competição (d)	893
Subtotal mensuração valor justo ativos e passivos	11.855
Parcela não alocada do ágio	27.007

- (a) O cálculo do valor justo dos estoques foi realizado com base no saldo contábil dos estoques na data de 30 de setembro de 2021, ajustados pela margem estimada dos produtos.
- (b) O saldo de ativos imobilizados da Empresa é composto por instalações, veículos, móveis, equipamentos e outros. O cálculo do valor justo dos veículos foi realizado com base no saldo contábil na data de 30 de setembro de 2021, ajustados pelo valor venal de cada veículo.

- (c) A marca Feirão de Móveis foi um ativo adquirido na transação e continuará a ser utilizada pelas Lojas Colombo nos pontos de venda existentes, apesar da intenção de sua Administração de descontinuar sua utilização no futuro. Esse intangível foi avaliado considerando que outros participantes de mercado teriam um benefício econômico na utilização da marca, em virtude de seu caráter regional. O método de mensuração foi “relief from royalties”. Esse intangível possui vida útil de 3 anos.
- (d) Existe no Contrato de Compra e Venda de Participações uma cláusula impeditiva de concorrência, por parte dos vendedores, pelo prazo de 5 anos. O critério utilizado para mensuração desse intangível foi “with and without”. Apesar da baixa probabilidade do descumprimento desta cláusula e do período de vigência coberto pela cláusula ser relativamente pequeno se comparado com as práticas de mercado, a Companhia avaliou este intangível.

2 Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de abril de 2022, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Método de mensuração

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram mensuradas com base no custo histórico como base de valor, exceto em determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$) moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas demanda da Administração premissas e estimativas relacionadas à expectativa de eventos futuros, que podem afetar os saldos de ativos, passivos e outras transações, os resultados reais eventualmente podem resultar em valores divergentes dessas estimativas. As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras tem impactos significativos em:

	Nota Explicativa
Julgamento	
Arrendamentos: Prazo do arrendamento	13
Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível	3.5, 11 e 12
Estimativa	
Perdas estimadas em crédito	3.2.5 e 6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.8 e 9
Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	3.6
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.7 e 16
Aquisição de negócio	1.b e 1.c

3 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos períodos.

3.1 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia, de suas controladas direta Josema Administração e Participação S.A. e Feirão de Móveis Ltda e de sua controlada indireta Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

a. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e influência no negócio. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impairment”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

3.2.2.1 Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente.

3.2.2.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de captação. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2021 corresponde em média a 1,02% a.m. (31 de dezembro de 2020 - 0,83% a.m.).

3.2.3 Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.5 Redução ao valor recuperável (Impairment)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias ou mais com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

O teste de “*impairment*” das contas a receber de clientes está descrito na nota nº 6.

3.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Juros embutidos são expurgados do custo de aquisição das mercadorias e devem ser apropriados pela fluência do prazo, dessa forma, o ajuste de passivos, por vezes, implica ajuste no custo de aquisição de ativos.

3.4 Ativos intangíveis e ágio

3.4.1 Reconhecimento e Mensuração

a. Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.4.2 Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 11.

3.5 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	20-80
Equipamentos de processamento de dados	4-6
Veículos	5-8
Móveis e utensílios	2-25
Benfeitorias em imóveis	2-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório. O “impairment” é reconhecido na demonstração do resultado na conta de “Outros ganhos (perdas), líquidos”.

3.7 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As estimativas para a constituição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são consideradas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são analisados fatores como a conjunto das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais atuais nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida

3.9 Reconhecimento da receita

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita líquida é apresentada deduzida dos abatimentos e os descontos, além das eliminações das vendas entre partes relacionadas do ajuste a valor presente.

a. Venda de produtos - Varejo

Além do *e-commerce*, a Companhia conta com pontos de vendas e a receita é reconhecida no resultado quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros ou cartão Colombo, e por financiamentos cedidos pela controlada indireta Crediare.

b. Vendas de serviços

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes possam adquirir pelo site da Companhia. A receita de serviços é gerada para a empresa através de um percentual de comissão por cada transação fechada em nosso site. A medida em que as vendas são efetuadas, a receita de comissão é reconhecida, a Companhia entende que a obrigação de desempenho é cumprida também nesse momento.

c. *Vendas de produtos e serviços financeiros*

Realizamos operações de crediário próprio, oferta de empréstimos pessoais e financiamentos de vendas pela controlada indireta Crediare . O resultado das operações é apropriado atendendo as taxas efetivas de juros conforme as vigências dos contratos.

3.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quaisquer valores acima do mínimo obrigatório somente são provisionados na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

3.11 Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado na conta “Receita Subvenção Investimentos” (no grupo de “Outros ganhos, líquidos”), no momento da realização do crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado do Paraná. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica “Reserva Subvenção de Investimentos” no grupo reserva de lucros, no patrimônio líquido.

3.12 Operações de arrendamento mercantil

- Para unificar o modelo de contabilização de arrendamento, a norma CPC 06 (R2) exige para todos os contratos no escopo da norma, que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários, no qual a Companhia aplicou a de arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamentos das áreas onde estão instaladas suas lojas, seus centros de distribuição e seu centro administrativo. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento, conforme previsto no pronunciamento.

Ativo direito de uso

Os ativos de direito de uso de arrendamentos foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2). Os efeitos estão divulgados na nota explicativa 13. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O ativo de direito de uso é periodicamente diminuído por perdas por redução ao valor recuperável, se existir, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Arrendamentos a pagar

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e centro administrativo. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados por uma taxa nominal de juros.

A Companhia utiliza taxas de desconto nominais na mensuração dos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado. A taxa de desconto nominal corresponde às taxas referenciais de mercado.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e se protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxa de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos. Para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos, a Crediare efetua a captação diária de empréstimos (CDI) junto a uma instituição financeira de mercado, efetuando a gestão de seu fluxo de caixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Conforme demonstrado na nota nº 15, os empréstimos da Companhia são atrelados ao CDI.

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos, instituições financeiras e aplicações financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com referência no mercado. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro e por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação a carteira de cartões de crédito, a Companhia tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, estão demonstradas nas notas 5 e 6.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O Departamento de Finanças monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados

	Controladora				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Um e dois anos	De três e seis anos
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	210.003	225.375	225.375	-	-
Empréstimos e financiamentos	118.937	130.404	96.609	30.020	3.775
Arrendamentos a pagar	47.003	93.495	18.280	54.668	20.547
Total	375.943	449.274	340.264	84.688	24.322
	Consolidado				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Um e dois anos	De três e seis anos
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	217.109	233.001	233.001	-	-
Empréstimos e financiamentos	722.045	1.124.640	597.151	523.715	3.775
Arrendamentos a pagar	94.592	108.187	32.972	54.668	20.547
Total	1.033.746	1.465.829	863.124	578.383	24.322

d. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total dos empréstimos e arrendamentos (notas nº 13 e 15)	213.528	200.031	816.636	677.347
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)	(6.767)	(126.105)	(47.523)	(213.974)
Dívida líquida	206.761	73.926	769.113	463.373
Total do patrimônio líquido	620.636	541.905	620.636	541.905
Índice de alavancagem	0,33	0,14	1,24	0,85

a. Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Seus valores representam uma aproximação razoável dos valores justos. O nível de hierarquia dos ativos e passivos financeiros é o 2.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros a custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	6.767	126.105	47.523	213.974
Contas a receber de clientes	273.222	289.871	961.721	820.098
Créditos com partes relacionadas	8.333	6.691	390	6.691
Outras contas a receber	30.432	12.409	41.643	26.462
Total	318.754	435.076	1.051,277	1.067.225
Passivo financeiro a custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	116.435	129.072	719.543	606.388
Arrendamentos a pagar (nota nº 13)	97.093	70.959	97.093	70.959
Fornecedores e outras obrigações	210.003	333.836	217.109	348.835
Débitos com partes relacionadas	10.783	2.185	10.783	2.185

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros Passivos	51.986	31.863	85.959	56.217
Total	486.300	567.915	1.130.487	1.084.584

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa em espécie	255	224	15.540	3.005
Depósitos bancários	6.512	125.881	31.654	209.914
Aplicações financeiras(*)	-	-	329	1.055
Total	6.767	126.105	47.523	213.974

(*) Aplicações financeiras CDB - Certificado de depósito bancário com liquidez imediata.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, além de outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, e com remuneração média de 105,8% do CDI a.a.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prestações a receber - vendas sem juros	9.584	9.158	9.584	9.158
Cartões de crédito	259.351	268.334	259.351	268.334
Outros	8.542	12.170	8.821	12.170
Prestações a receber Crediare	-	-	507.932	395.550
Contas a receber de Crédito Direto ao Consumidor - Interveniência bancária (CDCI)	374	11.419	374	11.419
Contas a receber Celesc/Copel	6.485	760	6.485	760
Provisão para perdas esperadas de crédito	(2.694)	(4.829)	(66.829)	(35.486)
Ajuste a valor presente de clientes	(6.678)	(6.223)	(6.678)	(6.223)
Receita não realizada	(1.742)	(917)	(1.742)	(917)
Total	273.222	289.871	961.721	820.098
Parcela não circulante	-	-	244.423	165.332
Parcela circulante	<u>273.222</u>	<u>289.871</u>	<u>717.298</u>	<u>654.765</u>

- (a) A movimentação da provisão para perda esperada de crédito ocorrida no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro	4.829	2.441	31.522	2.441
Complemento de provisão para perdas esperadas de crédito	7.026	8.613	70.297	39.023
Aquisição de controle Crediare	-	-	-	30.547
Baixas efetuadas	(9.162)	(6.225)	(34.991)	(36.525)
Saldos em 31 de dezembro	2.694	4.829	66.828	35.486

- (b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Complemento de provisão	7.026	8.613	70.297	69.012
Recuperação de créditos de clientes	(5.109)	(2.229)	(4.912)	(32.528)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – líquido das recuperações	1.917	6.385	65.385	36.484

A constituição da provisão com aplicação do percentual sobre a base de vendas financiadas e a baixa da provisão para contas a receber foram registradas no resultado do exercício na conta "Perdas em crédito, líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

- (c) Ajuste a valor presente de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	6.223	7.653	6.223	7.653
Ajuste a valor presente sobre vendas a prazo e/ou cartão parcelado	20.167	21.804	20.167	21.804
Realização do ajuste a valor presente	(19.712)	(23.234)	(19.712)	(23.234)
Total	6.678	6.223	6.678	6.223

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica de contas a receber de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo, calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2021 corresponde em média a 0,67% a.m. (31 de dezembro de 2020 – 0,70% a.m.).

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A Vencer				
Até 3 meses	134.205	160.832	321.336	433.580
De 3 a 12 meses	136.658	134.743	412.559	226.891
De 1 a 3 anos	-	-	165.177	113.461
De 3 a 5 anos	-	-	57.847	39.477
De 5 a 15 anos	-	-	21.398	12.395
Total	<u>270.864</u>	<u>295.576</u>	<u>978.319</u>	<u>825.804</u>
Vencidos				
Até 30 dias	5.146	899	8.400	2.533
De 31 a 60 dias	1.016	512	3.797	1.771
De 61 a 90 dias	292	495	3.207	1.690
Acima de 91 dias	533	3.598	36.483	30.167
Total	<u>6.987</u>	<u>5.504</u>	<u>51.888</u>	<u>36.161</u>

7 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Estoque de mercadorias para revenda	301.067	288.168
Materiais diversos	2.582	2.250
Ajuste ao valor realizável	(4.678)	(4.180)
Ajuste a valor presente	(4.106)	(4.670)
Total	<u>294.866</u>	<u>281.568</u>

A alteração na sistemática de apuração e registro contábil do ICMS-ST no estado do Rio Grande do Sul ocasionou uma redução do custo dos estoques adquiridos. A adoção inicial desta nova sistemática implicou em uma redução dos estoques em contrapartida da constituição de créditos de ICMS presumido no montante de R\$28.971. Em 31 de dezembro de 2020 a parcela de ICMS presumido acumulado ao longo do exercício que ainda não foi compensado é de R\$ 12.724. Em 2021 ocorreu à realização destes créditos através de compensação com o próprio tributo.

A Companhia realiza ajuste ao valor realizável nos estoques com base no confronto entre o custo dos produtos e o seu valor médio a mercado descontando os impostos e custos para sua realização.

A movimentação do ajuste a valor presente (AVP) é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	4.670	3.124
AVP sobre compras a prazo	15.854	17.855
Realização do AVP	(16.418)	(16.309)
Saldo em 31 de dezembro	<u>4.106</u>	<u>4.670</u>

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a Recuperar	5.192	1.046	5.198	1.046
ICMS Substituição - recálculo	-	12.724	-	12.724
PIS e COFINS	389	714	668	714
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	844	313	844	313
IRPJ E CSSL	3.210	768	3.210	25.016
Crédito Processo Tributário	221.313	265.305	221.313	265.305
Outros	701	752	1.004	898
Total	231.648	281.622	232.237	306.016
Ativo circulante	54.329	64.596	54.918	88.990
Ativo não-circulante	177.319	217.026	177.319	217.026

O valor a recuperar do “crédito processo tributário” é referente ao êxito no processo de crédito de PIS e COFINS referente à exclusão do ICMS da base de cálculo, vide nota explicativa nº 25.

Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias, no montante de R\$5.192. A Companhia possui também créditos apurados sobre a diferença da base de cálculo presumida em relação a base efetiva de ICMS ST. A partir de março de 2019, em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 6 de novembro de 2018 do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deve apurar mensalmente o montante de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias (ICMS presumido), possibilitando o creditamento deste valor já o montante apurado sobre o valor que foi revendida a mercadoria ao consumidor final (ICMS efetivo) constitui uma obrigação tributária ao contribuinte de efetuar o recolhimento. O impacto desta mudança traz uma redução no custo dos estoques referente a parcela do crédito de ICMS presumido gerado nas aquisições de mercadorias, possibilitando a compensação com o próprio tributo apurado a partir das vendas de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2020 a parcela ainda não compensada do ICMS presumido gerada no exercício corrente foi de R\$12.724. Em 2021 ocorreu a realização destes créditos através de compensação com o próprio tributo.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser aproveitado na compensação das diferenças temporárias, com base em estimativas de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

Adições temporárias	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão perda esperada de crédito	1.820	4.054	85.670	4.054
Provisão crédito cartão de crédito	873	774	15.458	774
Taxa administrativa cartão de crédito	5.819	5.809	5.819	5.809
Provisão passivos cíveis, fiscais e trabalhistas	13.266	10.570	13.266	12.228
Fundo diretoria a pagar	247	237	247	237
Provisão DIFAL	8.905	-	8.905	-
Perda estimada para redução do valor recuperável	4.678	4.179	4.678	4.179
Ajuste a valor presente clientes	6.678	6.223	6.678	6.223
Ajuste a valor presente estoques	3.199	4.670	3.199	4.670
Impairment imobilizado	569	334	569	334
Vendas faturadas não entregues	1.742	917	1.742	917
Realização parcela ágio alocado	4.866	-	4.866	-
Efeito líquido de depreciação e juros (IFRS 16) com o pagamento de arrendamento	4.095	3.657	4.095	3.657
Provisão para honorários advocatícios	19.133	15.607	19.133	15.607
Total base de cálculo	76.125	57.030	174.560	57.030
Imposto de renda à alíquota 25%	19.031	14.257	43.640	14.257
Contribuição social à alíquota 9%	6.851	5.133	15.710	5.133
Imposto de renda sobre Prejuízo Fiscal	1.969	5.983	1.969	5.983
Contribuição Social sobre Base de Cálculo Negativa	709	2.154	709	2.154
Total impostos diferidos ativos	28.561	27.527	62.029	27.527
Exclusões temporárias				
Credito PIS e COFINS (Nota 8)	72.771	265.305	72.771	265.305
Ajuste a Valor Presente Fornecedores	653	2.700	653	2.700
Custo mercadorias não entregues	1.635	858	1.635	858
Efeito ágio alocado Crediare	-	-	49.293	58.548
Depreciação e Amortização pela vida útil remanescente	5.261	5.418	5.261	5.418
Total base de cálculo	80.320	274.281	129.613	332.829
Imposto de renda à alíquota 25%	20.080	68.570	32.403	83.207
Contribuição social à alíquota 9%	7.321	24.685	11.757	29.955
Total impostos diferidos passivos	27.309	93.255	44.068	113.162
Total impostos diferidos líquidos	1.252	65.728	17.960	85.634
Reconhecidos em:	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	1.252	-	34.721	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-	65.728	16.760	85.634

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos para o crédito tributário em 2021 e para os demais é de um período de cinco anos.

Ano	Controladora	
	Ativo	Ativo
2022		12.557
2023		7.454
2024 a 2026		8.550
Total		28.561
		Consolidado
Ano		Ativo
2022		21.940
2023		15.955
2024 a 2026		24.134
Total		62.029

10 Investimentos em controladas

a. Informações sobre investimentos

Josema

Participações diretas	Ativo	Passivo	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício	Quantidade total de ações / cotas	Participações direta %	Saldo do investimento	Efeito sobre o lucro da controlada	Dividendos propostos
Em 31 de dezembro de 2021	167.357	167.357	104.000	161.945	22.788	35.003.000	100	161.945	22.788	5.412
Em 31 de dezembro de 2020	178.438	11.735	104.000	166.703	48.366	35.003.000	100	166.703	48.366	11.487

Feirão de Móveis

Participações diretas	Ativo	Passivo	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Quantidade total de ações / cotas	Participações direta %	Saldo do investimento	Efeito sobre o lucro da controlada	Dividendos propostos
Em 31 de dezembro de 2021	1.476	23.768	21.836	(9.092)	(1.044)	30.000	100	24.904	(1.044)	-

b. Movimentação dos investimentos - Controladora

	Feirão de Móveis	Josema
Saldos em 01 de janeiro de 2020	-	67.570
	-	-
Aumento de capital em controlada	-	60.000
Resultado da equivalência patrimonial	-	48.366
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(11.487)
Reversão de dividendos	-	2.254
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	166.703
Aquisição de Controle	9.077	
Aumento de capital em controlada	21.737	
Resultado da equivalência patrimonial	(5.910)	22.788
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(5.412)
Reversão de dividendos	-	4.466
Dividendos complementares	-	(26.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.904	161.945

O resultado de equivalência patrimonial da Feirão de Móveis considera a amortização dos ágios alocados ao longo do exercício.

c. Participação societária dos investimentos

	Participação - %	
	2021	2020
Josema	100	100
Feirão de Móveis	100	-
Crediare (*)	100	100

(*) Participação de forma indireta através da Josema.

d. Outras informações sobre investimentos

(i) Josema

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo.

(ii) Crediare (controlada indireta)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas

(iii) Feirão de Móveis

A Feirão de Móveis é uma empresa Ltda, que desenvolve atividades de comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral.

11 Intangível

a. Composição do saldo

	Controladora		
	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	10.421	25	10.446
Aquisições	3.987	-	3.987
Amortizações	(3.716)	(11)	(3.727)
Saldo contábil, líquido	10.692	14	10.706
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo total	38.949	4.294	43.243
Amortização acumulada	(28.257)	(4.280)	(32.537)
Saldo contábil, líquido	10.692	14	10.706
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021			
Aquisições	4.380	14	10.706
Amortizações	(4.071)	(11)	(4.081)
Saldo contábil, líquido	11.001	4	11.005
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo total	43.329	4.294	47.623
Amortização acumulada	(32.327)	(4.291)	(36.618)
Saldo contábil, líquido	11.002	3	11.005
Taxas médias anuais de amortização - %			

Lojas Colombo S.A. –
Comércio de Utilidades Domésticas
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

Consolidado											
	Crédito pessoal sem consignação	Crédito pessoal consignado	Cartão de crédito	Crédito direto ao consumidor	Ágio	Marca "Feirão de Móveis"	Acordo de não competição	Reaquisição do contrato de exclusividade	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	10.611	25	10.636
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	3.987	-	3.987
Aquisição de controle (Nota 1.b)	2.226	10.276	16.809	23.910	20.878	-	-	3.210	2.800	-	80.109
Amortizações aquisições	(63)	(157)	(362)	(684)	-	-	-	-	(88)	-	(1.354)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.666)	(11)	(3.677)
Saldo contábil, líquido	2.163	10.119	16.447	23.226	20.878	-	-	3.210	13.644	14	89.701
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo total	2.226	10.276	16.809	23.910	20.878	-	-	3.210	41.939	4.294	123.542
Amortização acumulada	(63)	(157)	(362)	(684)	-	-	-	-	(28.295)	(4.280)	(33.841)
Saldo contábil, líquido	2.163	10.119	16.447	23.226	20.878	-	-	3.210	13.644	14	89.701
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	2.163	10.119	16.447	23.226	20.878	-	-	3.210	13.644	14	89.701
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.434	-	4.434
Aquisição de controle (Nota 1.a)	-	-	-	-	27.007	4.068	893	-	-	-	31.968
Amortizações aquisições	(372)	(929)	(2.102)	(3.990)	-	(339)	(45)	-	(512)	-	(8.289)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.298)	(11)	(4.308)
Saldo contábil, líquido	1.791	9.190	14.345	19.236	42.799	3.729	848	3.210	12.020	3	109.489
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo total	2.226	10.276	16.809	23.910	47.885	4.068	893	3.210	42.356	4.294	155.927
Amortização acumulada	(435)	(1.086)	(2.464)	(4.674)	(5.086)	(339)	(45)	-	(33.105)	(4.291)	(46.438)
Saldo contábil, líquido	1.791	9.190	14.345	19.236	47.855	3.729	848	3.210	9.252	3	109.489
Taxas médias anuais de amortização - %											

O ágio registrado refere-se as seguintes aquisições:

	2021	2020
Crediare	20.878	20.878
Feirão de Móveis	27.077	-
Total	47.955	20.878

12 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	2.815	5.557	9.120	11.402	13.402	1.764	44.061
Aquisições			7.455	1.632	9.956	4.814	23.857
Alienações			(13)	(61)	(26)	(1)	(101)
Depreciações	-	(85)	(3.767)	(1.810)	(3.489)	(796)	(9.947)
Saldo contábil, líquido	2.815	5.473	12.795	11.164	19.843	5.781	57.865
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	2.815	7.718	64.493	21.100	55.065	19.515	170.706
Depreciação acumulada	-	(2.246)	(51.518)	(9.865)	(35.050)	(14.162)	(112.841)
Saldo contábil, líquido total	2.815	5.473	12.974	11.235	20.015	5.353	57.865
Saldo ajuste ao valor de recuperação (“impairment”) em 31 de dezembro de 2020	-	-	(104)	-	(213)	(17)	(335)
Saldo contábil, líquido	2.815	5.473	12.870	11.235	19.802	5.336	57.531
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021							
Aquisições	-	294	10.260	6.482	8.123	3.874	29.033
Alienações	-		(411)	(394)	(358)	-	(1.163)
Depreciações	-	(85)	(5.763)	(2.192)	(4.600)	(1.852)	(14.492)

Lojas Colombo S.A. –
Comércio de Utilidades Domésticas
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total
Saldo contábil, líquido	2.815	5.682	16.957	15.130	22.967	7.358	70.909
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo total	2.815	8.013	67.814	26.475	62.023	23.377	190.517
Depreciação acumulada	-	(2.331)	(50.753)	(11.344)	(38.843)	(16.001)	(119.272)
Saldo contábil, líquido total	2.815	5.682	17.061	15.130	23.180	7.376	71.244
Saldo ajuste ao valor de recuperação (“impairment”) em 31 de dezembro de 2021	-	-	(121)	-	(406)	(43)	(570)
Saldo contábil, líquido	2.815	5.682	16.940	15.130	23.180	9.134	70.674
Taxas médias anuais de depreciação - %	-	8,51	20	10,26	22,10	21,46	

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	2.815	5.557	9.120	11.402	13.402	1.764	44.061
Aquisições			7.455	1.632	9.956	4.814	23.857
Alienações			(13)	(61)	(26)	(1)	(101)
Depreciações	-	(85)	(3.767)	(1.810)	(3.489)	(796)	(9.947)
Saldo contábil, líquido	2.815	5.473	12.795	11.164	19.843	5.781	57.865
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	2.815	7.718	64.493	21.100	55.065	19.515	170.706
Depreciação acumulada	-	(2.246)	(51.518)	(9.865)	(35.050)	(14.162)	(112.841)
Saldo contábil, líquido total	2.815	5.473	12.974	11.235	20.015	5.353	57.865
Saldo ajuste ao valor de recuperação (“impairment”) em 31 de dezembro de 2020	-	-	(104)	-	(213)	(17)	(335)
Saldo contábil, líquido	2.815	5.473	12.870	11.235	19.802	5.336	57.531
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021							

Lojas Colombo S.A. –
Comércio de Utilidades Domésticas
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total
Aquisições	-	294	10.260	6.482	8.123	3.874	29.033
Aquisição de controle (Nota 1.a)	-	5.830	123	3.571	4.329	1.647	15.500
Alienações	-	-	(411)	(394)	(358)	-	(1.163)
Depreciações	-	(85)	(5.763)	(2.319)	(4.600)	(1.852)	(14.619)
Saldo contábil, líquido	<u>2.815</u>	<u>11.512</u>	<u>17.080</u>	<u>14.900</u>	<u>27.296</u>	<u>5.822</u>	<u>79.424</u>
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo total	2.815	13.843	68.109	30.046	67.802	25.790	208.405
Depreciação acumulada	-	(2.331)	(50.805)	(11.344)	(39.547)	(16.613)	(120.767)
Saldo contábil, líquido total	<u>2.815</u>	<u>11.512</u>	<u>13.304</u>	<u>18.701</u>	<u>28.255</u>	<u>9.177</u>	<u>87.638</u>
Saldo ajuste ao valor de recuperação (“impairment”) em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(121)</u>	<u>-</u>	<u>(406)</u>	<u>(43)</u>	<u>(570)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.815</u>	<u>11.512</u>	<u>17.183</u>	<u>18.701</u>	<u>27.849</u>	<u>9.134</u>	<u>87.068</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	-	8,51	20	10,26	22,10	21,46	

13 Operações de arrendamento

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

Direito de uso de arrendamentos

Controladora e Consolidado				
	Período de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Arrendamento de Prédios	Até 2026	137.515	(51.559)	85.956
Arrendamento de Prédios	Até 2030	3.695	(336)	3.359
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	141.210	(51.896)	89.315

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Adoção Inicial	73.871
Adições	19.720
Baixa	(6.143)
Depreciação	(26.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.481
Adições aquisição de controle	47.589
Adições	25.293
Baixa	(13.788)
Depreciação	(30.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.315

a. Arrendamentos a pagar

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.313	46.646	70.959
Adições	17.399	55.483	72.882
Baixa	(4.832)	(9.735)	(14.557)
Juros pagos	(7.313)	-	(7.313)
Transferências	28.524	(28.524)	-
Pagamentos	(24.878)	-	(24.878)
Total	33.213	63.870	97.093

b. Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Valores não descontados	Juros embutidos	Saldo passivo de arrendamento
2023	34.593	(5.017)	29.576
2024	18.944	(1.498)	17.446
2025	6.520	(1.496)	5.024
2026	7.797	(888)	6.909
2027	5.200	(285)	4.915
Total	73.054	(9.184)	63.870

14 Partes relacionadas

Transações e saldos

	2021								2020	
	Feirão de Móveis	Crediare	Colombo Motos	A.R Colombo	Consórcio Farroupilha	Josema	Colmagi	Pessoas físicas	Total	Total
Ativo	2.004	6.329	-	-	-	-	-	-	8.333	6.691
Dividendos a receber						5.412			5.412	-
Total créditos com partes relacionadas	2.004	6.329	-	-	-	5.412	-	-	13.746	6.691
Caixa e equivalentes Contas a receber (*)										-
Passivo										
Aluguéis a pagar	-	-	-	-	13	-	210	2	225	2.185
Contas a Pagar	-	-	-	10.558	-	-	-	-	10.558	-
Dividendos a pagar	-	-	-	15.484	-	-	-	387	15.871	54.467
Total débitos com partes relacionadas	-	-	-	17.426	13	-	210	389	26.654	56.652
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas/despesas	-	-	-	(621)	(65)	-	(1.667)	(18)	(2.731)	(2.371)
Despesas com vendas e administrativas	-	-	529	-	3.553	-	-	-	4.082	44.260
Receitas (despesas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)
Receitas Prestação de serviços	-	40.178	-	-	-	-	-	-	-	40.178

As despesas administrativas das operações realizadas com a Crediare e a Consórcio Farroupilha referem-se, principalmente, a despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas Instituições.

As contas a pagar de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas e não estão sujeitas a juros e a prazos de vencimentos determinados.

(*) Corresponde a contas a receber de cartões de crédito e outros recebimentos, não sendo tratados como partes relacionadas por referirem-se a saldo de repasses de terceiros relacionados com a atividade da Companhia, bem como não são eliminados do consolidado.

a. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração inclui os conselheiros e diretores. O valor dos honorários pagos ou a pagar até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.384 (R\$2.183 em 31 de dezembro de 2020).

b. Empréstimos com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	2021	2020
Em 1º de janeiro	1.889	8.496
Empréstimos efetuados durante o exercício	-	250
Juros	-	210
Amortização de principal	(1.889)	(6.416)
Amortização de juros	-	(651)
	<u>-</u>	<u>(651)</u>
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>1.889</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Capital de giro (0,66% a.m.)	<u>87.518</u>	<u>48.385</u>	<u>553.919</u>	<u>101.053</u>
Total	<u>87.518</u>	<u>48.385</u>	<u>553.919</u>	<u>101.053</u>
Não circulante				
Empréstimos	<u>28.917</u>	<u>80.688</u>	<u>165.624</u>	<u>505.335</u>
Total	<u>28.917</u>	<u>80.688</u>	<u>165.624</u>	<u>505.335</u>
Total de empréstimos	<u>116.435</u>	<u>129.072</u>	<u>719.543</u>	<u>606.388</u>

a. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam a seguinte composição

Ano de vencimento	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
2023	25.821	52.546	158.742	477.193
2024	3.095	25.661	6.882	25.661
2025	-	2.480	-	2.480
	<u>-</u>	<u>2.480</u>	<u>-</u>	<u>2.480</u>
Total	<u>28.917</u>	<u>88.688</u>	<u>165.624</u>	<u>505.335</u>

b. Abaixo informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento

	Controladora			Total
	Empréstimos e Financiamentos	Partes Relacionadas	Arrendamentos financeiros	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	129.072	1.856	70.959	201.887
Alterações de caixa	(22.090)	(1.856)	(38.926)	(62.872)
Pagamento de atividades de financiamento	(47.987)	(1.856)	(24.878)	(74.721)
Captação de empréstimos	33.000	-	-	33.000
Juros pagos	(7.103)	-	(14.048)	(21.151)
Alterações que não afetam caixa	9.453	-	65.060	74.513
Mensuração de novos Contratos - CPC 06 (R2) *			72.882	72.882
Baixa/ cancelamentos			(14.557)	(14.557)
Apropriação de Juros	9.453		6.735	16.188
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.435	-	97.093	213.528

(*) Inclui os contratos da Feirão, que após aquisição foram aditados para a Lojas Colombo.

	Consolidado			Total
	Empréstimos e Financiamentos	Partes Relacionadas	Arrendamentos financeiros	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	606.388	1.856	70.959	679.203
Alterações de caixa	38.666	(1.856)	(38.926)	14.855
Pagamento de atividades de financiamento	(69.039)	(1.856)	(24.878)	(95.773)
Captação de empréstimos	141.822	-	-	158.793
Juros pagos	(34.117)	-	(14.048)	(48.165)
Alterações que não afetam caixa	74.489	-	65.060	122.578
Mensuração de novos Contratos - CPC 06 (R2)			25.293	25.293
Aquisição Feirão (nota 1.a)	16.971		47.589	64.560
Baixa/cancelamentos	-		(14.557)	(14.557)
Apropriação de Juros	57.518		6.735	64.253
Saldo em 31 de dezembro de 2021	719.543	-	97.093	816.636

16 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

a. Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	10.570	10.762	23.952	10.762
Debitado à demonstração do resultado/provisões adicionais	5.026	840	5.670	1.571
Aquisição de controle (Nota 1a)		-	246	15.137
Usado durante o exercício (baixa)	<u>(2.094)</u>	<u>(1.031)</u>	<u>(3.803)</u>	<u>(3.518)</u>
Em 31 de dezembro	<u>13.503</u>	<u>10.570</u>	<u>26.065</u>	<u>23.952</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de depósitos judiciais é de R\$ 19.467 (R\$ 14.652 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e no consolidado.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$ 8.796 em 31 de dezembro de 2021 (R\$8.913 em 31 de dezembro de 2020) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". Na opinião de nossos consultores jurídicos, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2.722 (R\$1.658 em 31 de dezembro de 2020).

b. Contingências possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios no montante de R\$ 5.360 na área trabalhista, R\$ 4.809 na área cíveis e de R\$36.429 na área tributária.

17 Impostos, taxas e contribuições

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS	5.958	6.464	5.958	6.464
ICMS	14.725	11.364	15.112	11.364
Obrigações sociais	5.638	5.388	5.638	5.388
Outros	2.689	2.387	2.967	2.402
Total	29.011	25.603	29.676	25.618

18 Tributos parcelados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Parcelamento	35.418	31.267	49.855	31.627
Total	35.418	31.267	49.855	31.267
(-) Circulante	13.952	5.748	21.142	5.748
Não circulante	21.466	25.519	28.713	25.519

Em 7 de outubro de 2011, a Companhia recebeu lançamento fiscal de IRPJ e CSLL, que teve como base principal o ganho de capital incorrido quando da venda de participação de 50% da Credifar (atualmente Crediare), através de integralização de capital na controlada Josema. Em 2013 a empresa aderiu a reabertura do PAES, com base na Lei 12.865/13, com relação a débitos da referida operação e adicionalmente, em 2014, aderiu ao PAES com base na Lei no 12.996/14, relacionado a um débito de PIS e COFINS. Em adequação a Notificação Prévia emitida pela Secretaria da Fazenda do RS, o Centro de Distribuição de Porto Alegre teve o seu enquadramento alterado para a rotina de ajuste de Complementação/Restituição de ICMS ST, visto que a sua atividade é predominantemente não varejista. Desta forma, fez-se necessário o reprocessamento de dados desta rotina de 03/2019 a 12/2020 e como resultado chegou-se a um saldo devedor que foi parcelado junto a Sefaz RS, nos termos da IN 45/98.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social estava composto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por 4.061.348 ações, sendo 3.519.986 ações ordinárias e 541.362 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais terão prioridade na distribuição de um dividendo anual fixo e não cumulativo de 6% (seis por cento) sobre o capital social, em cada exercício, recebendo, todavia, o mesmo dividendo distribuído às ações ordinárias, quando este for superior e gozando, também, dos demais direitos, com exceção do direito de voto.

b. Reservas de lucros

(i) Reserva para futuro aumento de capital

É constituída para a compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, prevista no Estatuto Social da Companhia em seu artigo 27, clausula “c”.

(ii) Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social observando o disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas.

c. Distribuição de resultados

Foram computados lucros acumulados, da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2020

Lucro do exercício	231.688
Transferência para reserva legal (5%)	(11.584)
Subvenção para investimentos	(2.235)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	<u>(54.467)</u>

(163.402)

Em 31 de dezembro de 2021

Lucro do exercício	67.531
Transferência para reserva legal (5%)	(3.377)
Subvenção para investimentos	(2.467)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	<u>(15.871)</u>

45.816

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia de operações continuadas	65.701	231.688
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>3.519</u>	<u>3.519</u>
Lucro básico por ação de operações continuadas	<u>18,67</u>	<u>65,84</u>

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

21 Receita

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas				
Vendas de mercadorias	1.726.949	1.661.295	1.726.949	1.661.295
Prestação de serviços	87.859	10.713	75.901	48.352
Receita de juros e similares		-	209.671	137.986
Receitas da intermediação financeira	19.712	23.234	19.712	23.234
Total	<u>1.834.520</u>	<u>1.695.242</u>	<u>2.032.233</u>	<u>1.870.867</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Deduções				
Impostos e contribuições	(261.718)	(345.920)	(261.754)	(345.920)
Devoluções e abatimentos	(43.839)	(35.735)	(43.839)	(35.735)
Total das deduções	<u>(305.557)</u>	<u>(381.655)</u>	<u>(305.593)</u>	<u>(381.655)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.528.964</u>	<u>1.313.587</u>	<u>1.726.641</u>	<u>1.489.212</u>

22 Custo das mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo da mercadoria vendida	(1.127.470)	(995.535)	(1.127.470)	(1.009.357)
Ressarcimentos de custos	29.346	25.095	29.346	25.095
Bonificações recebidas	92	53	92	-
Total	(1.098.032)	(970.387)	(1.098.032)	(984.262)

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal e encargos	(214.797)	(149.812)	(214.797)	(157.929)
Encargos de depreciação, amortização	(53.255)	(40.516)	(61.666)	(40.516)
Despesas com aluguel	(4.651)	(1.741)	(4.651)	(1.741)
Despesas com propaganda	(28.229)	(23.935)	(28.229)	(23.935)
Remuneração dos administradores (nota nº 14)	(2.384)	(2.183)	(2.384)	(2.183)
Despesas com tarifas de cartões	(15.724)	(14.305)	(15.724)	(14.305)
Despesas com manutenção	(26.690)	(19.615)	(26.690)	(19.615)
Despesa com água, energia elétrica e telefone	(8.148)	(6.709)	(8.148)	(6.709)
Despesa com prestação de serviços de terceiros	(63.005)	(52.822)	(63.005)	(52.822)
Impostos, taxas e contribuições	(2.889)	(13.810)	(2.889)	(22.210)
Despesas com ações cíveis e trabalhistas	(9.559)	(10.570)	(9.559)	(23.952)
Outras despesas, líquidas	<u>(18.852)</u>	<u>(21.857)</u>	<u>(104.478)</u>	<u>(80.243)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total	(448.185)	(357.874)	(542.223)	(447.515)
Despesas com vendas	(240.083)	(171.919)	(274.028)	(171.919)
Despesas gerais e administrativas	(208.562)	(185.955)	(268.195)	(274.240)

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros recebidos ou a receber	1.016	520	1.016	520
Rendimento aplicações financeiras	669	2.038	692	2.453
Variação monetária de ativa (*)	9.421	151.915	9.421	151.935
Descontos obtidos	1.695	807	669	807
Total	11.774	155.280	11.797	155.715
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(16.188)	(10.078)	(16.188)	(10.078)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	-	(210)	-	(210)
Juros sobre parcelamento de tributos (nota nº 16)	(798)	-	(798)	-
Descontos concedidos	(3.349)	(984)	(5.278)	(984)
Total	(20.335)	(11.273)	(22.264)	(11.274)
Resultado financeiro, líquido	(8.561)	144.007	(10.467)	144.441

(*) Valores correspondentes à variação monetária ativa em 2020 tem em sua maior parte o montante de R\$ 151.886 referente a atualização de crédito ao êxito no processo de crédito de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS da base de cálculo transitado em julgado em março de 2020.

25 Outros ganhos (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas com marketing	3.465	153	3.465	153
Aluguéis terceiros	197	113	197	113
Receita prestação de serviços	2.467	4.340	2.467	4.340
Créditos tributários (*)	8.860	144.975	8.860	144.975
Receita Subvenção Investimentos	669	2.235	669	2.235
Outras	1.427	517	4.619	517
Outros ganhos (perdas), líquidos	17.086	152.333	20.278	152.386

(*) Referente ao ganho tributário, com transito julgado em março de 2020 nos processos de crédito de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, homologado em julho de 2020, contemplando o valor de R\$ 144.975, registrado na conta “Créditos Tributários” totalizando o valor de R\$ 296.681 de crédito reconhecido. A metodologia utilizada para a apuração do crédito foi de considerar o ICMS destacado em nota fiscal, avaliada pela Companhia como a melhor estimativa, considerando o período de janeiro de 2002 até outubro de 2019.

26 Despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	10.640	323.648	30.583	341.393
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	1.348	-	1.673	-
Doações	420	-	1.243	-
Remuneração adicional	625	-	886	-
Diferenças de alíquota de entidade controlada	-	-	15.502	10.214
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(21.744)	(48.366)	-	(22.259)
Incentivo Lei do Bem	(2.283)	(3.614)	(3.320)	(3.614)
Reversão Provisão Selic Crédito Tributário (*)	(153.286)	-	(153.286)	-
Base de cálculo	(164.280)	271.668	(106.719)	325.734
Alíquota fiscal combinada - %	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>55.855</u>	<u>(92.367)</u>	<u>36.285</u>	<u>(110.750)</u>
Incentivos Fiscais	<u>794</u>	<u>408</u>	<u>1.640</u>	<u>1.010</u>
Outros	-	(816)	(473)	(2.055)
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>55.061</u>	<u>(91.959)</u>	<u>35.118</u>	<u>(109.705)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(11.919)</u>	<u>(6.585)</u>	<u>(42.660)</u>	<u>(26.863)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	<u>66.980</u>	<u>(85.374)</u>	<u>77.778</u>	<u>(82.842)</u>

- (*) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic em créditos fiscais. Em razão da decisão do STF, a Companhia realizou a exclusão permanente da sua base de cálculo, avaliando que é provável que o tema seja acolhido pelas autoridades.

27 Seguros

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2021 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	1.000
Seguro de imóveis e estoques	768.495
Veículos	360
Seguros D&O	35

28 Compromissos

Avais concedidos

A Companhia apresentou aval em empréstimos tomados pelas empresas do Grupo, com saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 37.416 para Colombo Motos S.A. e o montante de R\$ 984 para Uniaero Cooperativa dos Usuários de Aeronave.